



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

Andressa Amaral de Azevedo

AIDIL DOS SANTOS VAZ

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

**IDADE-SÉRIE: DESAFIOS NAS ESCOLAS DAS UNIDADES
SOCIOEDUCATIVAS**

AIDIL DOS SANTOS VAZ

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Andressa Amaral de Azevedo

Brasília, 2022

AIDIL DOS SANTOS VAZ

**IDADE-SÉRIE: DESAFIOS NAS ESCOLAS
DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS**

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Andressa Amaral de Azevedo

Aprovado em: 17/02/2022

Banca Examinadora

Resumo

Título: Idade-Série: Desafios Nas Escolas das Unidades Socioeducativas Este artigo buscou discutir os desafios nas escolas socioeducativas, e apresentar ferramentas pedagógicas capazes de estimular os adolescentes que estão desmotivados em decorrência da distorção idade-série. Buscou realizar um estudo com profissionais do Colégio Antônio Fontes Freitas da Comunidade de Atendimento Socioeducativo Masculino (CASEM), unidade de medida socioeducativa de internação masculina no Estado de Sergipe. No tocante à metodologia, a pesquisa é caracterizada como descritiva. Como estratégia para coleta de dados, foi escolhida aplicação de questionário. As principais causas da distorção idade-série são a reprovação e o abandono escolar, porém, sabe-se que existem causas primárias e, apesar de nem sempre ser fator determinante, a situação socioeconômica do aluno está intimamente relacionada a essa problemática e nas medidas socioeducativas este é um fator preponderante. A pesquisa procurou apresentar ferramentas pedagógicas capazes de estimular os adolescentes que estão desmotivados, em decorrência da distorção idade-série. Consistiu em investigar a percepção de profissionais sobre o trabalho realizado, desafios nas escolas das unidades socioeducativas com relação a distorção idade-série e opiniões acerca das práticas pedagógicas ou ferramentas 9 Processos Socioeducativos (volume 1) capazes de minimizar a problemática e diminuir a desmotivação dos adolescentes. Para a melhoria do atendimento na escola da CASEM, a pesquisa destacou necessidade de mudança da rotina diária para ampliar a rede de atendimento ao adolescente, priorizando a educação, e a necessidade de formação para os professores. Palavras-chave: Distorção Idade-Série, Medida Socioeducativa, Educação

SUMÁRIO

Introdução	06
Metodologia	12
Levantamento, Análise e Resultado	14
Conclusão	20
Referências	22

1.Introdução

Este trabalho tem o objetivo de discutir os desafios nas escolas das unidades socioeducativas, bem como apresentar ferramentas pedagógicas capazes de estimular os adolescentes que estão desmotivados, especialmente, em decorrência da distorção idade-série. Para isso, realizamos um estudo com profissionais do Colégio Antônio Fontes Freitas da Comunidade de Atendimento Socioeducativo Masculino (CASEM), a atual unidade para cumprimento da medida socioeducativa de internação masculina no Estado de Sergipe.

Na realidade brasileira, o trabalho relacionado à educação formal é considerado um dos maiores desafios para o cumprimento das medidas socioeducativas de internação. O direito à educação, apresentado no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), diz que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA,1996).

Desse modo, a educação faz parte do conjunto de direitos que devem ser garantidos pelo poder público e assegurados com prioridade em respeito à criança e ao adolescente. Dentre as várias violações de direitos sofridas pelos adolescentes privados de liberdade, em geral, destaca-se a má qualidade de educação que se acentua na problemática da distorção idade-série (BRASIL, 1996).

De acordo com a Lei 9.394/1996, a criança deve ingressar na escola aos seis anos no 1º ano do ensino fundamental, sendo que com 14 anos de idade deve concluir essa etapa. De 15 a 17 anos, espera-se que os alunos concluam também o ensino médio. Nesse contexto, a distorção idade-série se calcula a partir de dois anos ou mais de atraso entre a idade do aluno e a idade prevista para cada série.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 mostram que 97% das crianças de seis anos de idade estavam frequentando a escola, evidenciando que o atendimento educacional nesta idade estava praticamente universalizado, ou seja, a grande maioria das crianças entra no sistema educacional na idade correta (IBGE, 2015). No entanto, segundo o Censo Escolar de 2017, o Brasil possui mais de 35 milhões de estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio nas redes de ensino públicas e privadas. Mas, entre eles, mais de sete milhões estavam em situação de distorção idade-série, ou seja, havia dois ou mais anos de atraso escolar em relação à idade do aluno (INEP, 2017).

Portanto, muitas crianças e adolescentes brasileiros não possuem uma trajetória escolar consonante com o previsto na Lei 9.394/1996. A distorção idade-série é um fenômeno cumulativo que tem início nos primeiros anos do ensino fundamental e se arrasta por toda trajetória escolar de meninos e meninas, que vão sendo deixados para trás. Uma parcela deles deixa de frequentar escola ainda no ensino fundamental, outra alcança o ensino médio com muitas dificuldades de aprendizagem e, assim, muitos não conseguem concluir a jornada escolar com qualidade e na idade esperada.

No contexto das medidas socioeducativas, a internação provisória se caracteriza como uma medida cautelar para atender adolescentes em conflito com a lei e recebe com dificuldades estes adolescentes com distorção idade-série. Essas dificuldades ocorrem porque, em geral, mesmo antes do ato infracional, em decorrência da falta de garantias de direitos, são negadas a esses adolescentes as condições para o processo de aceleração ou qualquer outro programa de educação que o ajude a recuperar os prejuízos da distorção idade-série.

Assim, os adolescentes convivem com a falta de inserção na unidade socioeducativa, e, também ao ser liberado (quando não há necessidade de cumprimento de medida a internação, por exemplo). Esse é um fenômeno que afeta muitos estudantes em todo o Brasil, causando impacto na vida de cada um deles. Sendo assim, independentemente de estar numa unidade socioeducativa, percebe-se que o adolescente que tem seus direitos violados, especialmente na educação, não é estimulado a se apropriar de conhecimentos conforme sua idade cronológica e a idade prevista para as etapas educacionais.

O ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) garantem que os adolescentes privados de liberdade recebam uma educação de qualidade, levando em consideração que estes são sujeitos de direitos em peculiar condição de desenvolvimento como está previsto nas Constituição brasileira de 1988. Conforme a Constituição, adolescentes são sujeitos de direito, em especial condição de desenvolvimento, dignos de receber proteção integral e de ter garantido seu melhor interesse (BRASIL, 1988). Caracteriza-se, então, a doutrina da proteção integral vigente no Brasil.

A doutrina da proteção integral assegura não só os direitos fundamentais conferidos a todas as pessoas, mas, sobretudo, às especificidades da infância e da adolescência. A norma constitucional da prioridade absoluta dos direitos e melhor interesse assegura que, em qualquer situação, encontre-se a alternativa que garanta que os interesses da criança e do adolescente estejam sempre em primeiro lugar. Sendo a eles garantido o direito à escolarização e todos os atores imbuídos nesta tarefa

precisam pensar e executar de forma exitosa uma educação que lhes garanta um futuro melhor, onde se agregue conhecimentos e valores.

As principais causas da distorção idade-série são a reprovação e o abandono escolar, porém, sabe-se que existem causas primárias e, apesar de nem sempre ser fator determinante, a situação socioeconômica do aluno está intimamente relacionada a essa problemática. Nas medidas socioeducativas um dos fatores preponderantes é a situação socioeconômica onde se encontra o adolescente que trabalha, tornando-se arreio de família, apresentando pelo excesso de faltas na escola para garantia do sustento da família e, ao ser comparado aos alunos regulares, apresenta baixo desempenho escolar.

Saraiva (2010) afirma que a situação de distorção pode ser desencadeada por três fatores principais: a repetência, a entrada tardia na escola e o abandono (quando ocorre o retorno de aluno evadido), sendo que as mesmas representam um grave problema na educação brasileira. Na mesma direção, Moreira (2013) complementa que, em alguns casos de distorção idade-série, o aluno abandona o ambiente escolar para suprir a renda familiar ou cuidar de irmãos mais novos, acarretando a evasão escolar cada vez mais cedo. Em outros casos, a desestrutura familiar, a alta de proficiência do corpo docente e a oferta de ambientes escolares pouco atrativos contribuem para comportamentos indisciplinados, resultando em um quadro de repetência. Com isso, no Brasil, ainda persiste um ciclo vicioso no sistema educacional entre abandono e repetência que leva à distorção de idade-série, provocando um baixo desempenho escolar.

Para Fornari (2010), a educação nacional possui solução clara para seus próprios problemas, pois a solução dos mesmos, como nos casos de desistência e reprovação escolar, está na urgência de se implementar a transformação social. A distorção idade-série é resultado de uma cultura antiga da educação brasileira, baseada na meritocracia, que retém os alunos em uma determinada série. Quando os alunos não alcançam os objetivos ou não demonstram expectativas de aprendizagens predeterminadas nas propostas curriculares, obrigatoriamente repetem, no ano seguinte, tudo o que foi visto em uma determinada série. No Brasil, essa postura é acentuada nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 2012).

As medidas socioeducativas representam a responsabilização pelo ato praticado, mas seu objetivo maior é a ressocialização do adolescente em conflito com a lei, atendendo a suas necessidades pedagógicas. Elas se constituem como resposta estatal, aplicada pela autoridade judiciária ao adolescente que cometeu ato infracional. Embora possuam aspectos sancionatórios e coercitivos, não se trata de penas ou castigos, mas de oportunidades de inserção em processos educativos (não obstante,

compulsórios) que, se bem sucedidos, resultarão na construção ou reconstrução de projetos de vida desatrelados da prática de atos infracionais e, simultaneamente, na inclusão social plena.

De acordo com o ECA, o adolescente que praticar um ato infracional, ou seja, uma conduta descrita como crime ou contravenção no Código Penal, poderá ser responsabilizado por meio do cumprimento de medidas socioeducativas. Estas constam no ECA, em seu art. 112, e são aplicadas em consonância com as características do ato infracional. As medidas são:

- **1. Advertência:**

Advertência (art. 115 da Lei 8069/90): nesta medida o adolescente é admoestado verbalmente, ou seja, chamado à atenção, sendo-lhe informado que novo ato infracional poderá ensejar até a privação de sua liberdade.

- **2. Obrigação de Reparar o Dano:**

Obrigação de Reparar o Dano (art. 116 da Lei 8069/90): o adolescente fica obrigado a restituir a coisa, objeto do ato infracional, a ressarcir o dano, se impossível a devolução da coisa, ou a praticar qualquer outro ato que compense o prejuízo sofrido pela vítima.

- **3. Prestação de Serviços à Comunidade:**

Prestação de serviços à comunidade (art. 117 da Lei 8069/90): é a realização de tarefas gratuitas de interesse geral, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos semelhantes, bem como em programas comunitários ou governamentais.

- **4. Liberdade Assistida:**

Liberdade Assistida (Art. 118 e 119 da Lei 8069/90): consiste no acompanhamento do adolescente por um período determinado.

- **5. Semiliberdade:**

Semiliberdade (art. 120 e Lei 8069/90): nesta medida o adolescente é colocado em uma instituição própria, devendo dormir nela, podendo sair para exercer atividades lícitas como estudo, trabalho e cursos.

- **6. Internação:**

Internação (art. 121 e Lei 8069/90): é a medida mais severa, nela o adolescente é inserido em uma unidade própria, ficando privado de sua liberdade. É regida pelos princípios da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A internação só pode ser aplicada nas hipóteses previstas no art. 122 da Lei 8069/90.

A implementação das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade é de competência de cada Estado. Segundo Lopes (2006, p.14), “a medida socioeducativa de internação é a última pedra no complexo labirinto de dominós que se inicia na

construção social”. Assim, assume-se que essa medida tem caráter de excepcionalidade, pois seria àquela que pode gerar mais danos ao desenvolvimento.

No período de cumprimento das medidas socioeducativas, o adolescente precisa ter seu direito à educação garantido com acesso à escolarização formal. Muitos desses adolescentes chegam ao sistema com uma distorção idade-série onde se observa casos como os de adolescente com idade de 15, 16 e 17 anos, que teoricamente cursam o 5º ano do ensino fundamental, e ao realizar teste de nivelamento estão ainda na 3º série do ensino fundamental. Alguns, inclusive, não conseguem fazer leituras e poderiam ser considerados analfabetos funcionais. Esses adolescentes assumem a culpa do fracasso escolar sendo, portanto, duplamente penalizados.

Na verdade, o que existe é a ausência de políticas públicas referentes à educação, direito fundamental que a eles fora negado, como vão sendo negados vários outros direitos previstos no ECA. O sistema educacional falha com esses jovens ao longo de todo o percurso escolar, falha, ainda mais, quando os trata como um problema sem solução, por isso a socioeducação perde seu sentido e as políticas de contenção se tornam mais importantes do que as de socioeducação, levando à continuidade da distorção idade-série.

Diante de tantos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas com distorção idade-série é importante ter clareza do que diz Sena (2011, p.5):

A instituição escolar é sem dúvida um lugar de vivências, interação e construção do conhecimento, mas também é reprodutora, excludente e desumanizadora, existem nesse meio, encontros e desencontros, nos quais se desenvolvem os processos educativos. A escola nasce com uma frágil relação entre a educação voltada para a ética, a ‘civilização’, os direitos à cidadania e à educação reprodutora das desigualdades que realiza a exclusão invisível dos chamados ‘incluídos’.

Assim, para corrigir a precariedade ou ausência de direitos para essa população, é importante construir formas de relações com o conhecimento pedagógico, promover um ambiente escolar que estimule os socioeducandos a sentir-se motivados e entender que a educação é um instrumento de emancipação para a liberdade, alcançada pelos próprios méritos do educando. Segundo Facci (2010, p.308), a teoria de Vigotsky “tinha clareza da importância da escola para o desenvolvimento individual daquela nova sociedade, na transformação socialista do homem. Ele via na coletividade a formação motora para a emancipação dos homens”. Assim, são necessárias ferramentas pedagógicas capazes de estimular os adolescentes que estão desmotivados para que possam compreender a importância da educação nas suas vidas.

Neste trabalho, assumimos que as ferramentas pedagógicas que podem contribuir para amenizar a distorção idade-série na Escola da CASEM envolvem a busca

incansável do diálogo e a realização de projetos educacionais e educativos inovadores, capazes de investigar e responder às demandas específicas dessa unidade. Diante da necessidade de recuperar o “tempo perdido”, seria importante, por exemplo, criar turmas de correção de fluxos para que o adolescente possa regularizar sua vida escolar, concluindo seus estudos de base para que ele possa alcançar o ensino médio. Com essa regularização, seria possível almejar que esses adolescentes tenham a possibilidade de elaborar projetos de vida baseados na educação.

Em consonância com a visão de Antunes e Padilha (2010), antes de qualquer intervenção, é necessário conhecer e partir das necessidades dos alunos e comunidades (incluindo profissionais). Ao considerar o conhecimento de cada um no processo de aprendizagem, é possível estabelecer uma relação dialógica entre professor e aluno, considerando educação como produção e não transmissão. Só assim podemos educar para liberdade e autonomia, respeitando a diversidade e valorizando saberes da educação formal e não formal, aproximando-os (ANTUNES; PADILHA, 2010).

No Brasil muito se discute a respeito dessa distorção idade-série, mas poucos trabalhos se dedicam ao seu impacto nas escolas socioeducativas. Sabe-se que os adolescentes internados se sentem desmotivados ao serem inseridos na escola formal quando seu conhecimento não condiz com a série adequada a sua idade. Muitos deles abandonaram a escola por vários fatores, dentre eles a situação econômica, pois muitos realizam trabalho informal para suprir necessidades familiares. Assim, a distorção idade-série é uma problemática fundamental a ser considerada, em prol de atender às necessidades dos adolescentes e a garantia de direitos. Somente assim, as medidas socioeducativas podem assumir integralmente a sua natureza pedagógica e transformar a realidade desses adolescentes.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo geral discutir os desafios nas escolas das unidades socioeducativas, bem como apresentar ferramentas pedagógicas capazes de estimular os adolescentes que estão desmotivados, especialmente, em decorrência da distorção idade-série. Especificamente, pretende-se investigar a percepção de profissionais em atuação no Colégio Antônio Fontes Freitas da CASEM sobre o trabalho, os desafios nas escolas das unidades socioeducativas com relação a distorção idade-série e suas opiniões acerca das práticas pedagógicas ou ferramentas capazes de minimizar a problemática e diminuir a desmotivação dos adolescentes que vivenciam essa situação, para que se sintam integrados e valorizados no espaço escolar.

O trabalho desenvolvido é uma análise reflexiva sobre a distorção idade-série, com abordagem qualitativa, o que não exclui a necessidade de analisar dados

quantitativos das ferramentas pedagógicas capazes de estimular os adolescentes que estão desmotivados, bem como advindos de outras pesquisas que tratam dessa temática. Quantidade e qualidade são aspectos que se complementam e podem ser considerados campos inseparáveis em pesquisa acadêmica. Considera-se que:

[...] a regra é respeitar princípios éticos e de objetividade na pesquisa, bem como garantir as condições que favoreçam uma melhor aproximação da realidade social estudada, pois sabemos que nenhum método dá conta de captar o problema em todas as suas dimensões (ZAGO, 2003, p. 294).

Com isso, espera-se que este trabalho contribua no processo de aprendizagem e, por meio da reflexão, ajude os profissionais na promoção de um ambiente escolar transformador. Para que, assim, os socioeducandos possam entender que a educação é um poderoso instrumento de emancipação para alcançar a liberdade.

2. Metodologia

A distorção idade-série faz parte dos problemas enfrentados pelas escolas da socioeducação e, com isso, surge a inquietação de realizar uma pesquisa sobre esse tema. Compreendemos que o processo é tão importante quanto o resultado, sendo necessário investigar o contexto específico e suas demandas. Tendo em vista a natureza qualitativa da pesquisa, Figueiredo e Souza (2008, p.85) afirmam que “o pesquisador é um participante ativo, ele interage em todo o processo, compreende, interpreta e analisa os dados a partir da significação das informações coletadas”.

No tocante à metodologia, esta pesquisa é caracterizada como descritiva, o que para Gil (2019), é um tipo de pesquisa que tem por objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Para realização do estudo, como estratégia para coleta de dados, foi escolhida a aplicação de um questionário.

O questionário consiste em uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões (na maioria das vezes propostas por escrito) que são direcionadas aos participantes de uma pesquisa com o objetivo de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, opiniões, expectativas etc. Entre as vantagens dessa técnica, estão a possibilidade de acessar o participante com mais facilidade e a redução de eventuais desconfortos. O questionário permite também que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente. Em relação à forma, podem ser definidos diferentes tipos de questão, como as fechadas, e as abertas (Gil, 2019). Nesta pesquisa, optamos por questões abertas nas quais os respondentes devem oferecer suas próprias respostas.

Em função do contexto de pandemia de Covid-19, toda pesquisa foi conduzida de forma virtual. Os profissionais foram convidados a responder algumas questões sobre o tema e após explicação dos objetivos e contexto da pesquisa, aqueles que concordaram com a participação receberam os questionários via e-mail. Posteriormente, deveriam encaminhar o material respondido para a pesquisadora entre os dias 16 e 19 de janeiro de 2022.

Assim, participaram da pesquisa três profissionais em atuação no Colégio Antônio Fontes Freitas da CASEM. Nomes fictícios foram utilizados para identificação das participantes, com o intuito de preservar suas identidades. Um professor de matemática de 47 anos e dois anos de atuação na unidade foi denominado como Pitágoras, uma professora de português de 38 anos e também atuando há dois anos, foi denominada como Clarice e, por fim, a coordenadora pedagógica de 48 anos, há seis anos na unidade, sendo dois anos no cargo atual, foi denominada como Paula.

Para Gil (2019), construir um questionário consiste em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. Desse modo, elaboramos um questionário de perguntas abertas com dados sociodemográficos (como idade e profissão) e três questões norteadoras acerca do tema (atendendo a cada um dos objetivos específicos desta pesquisa), a saber: 1. Qual sua percepção geral sobre o trabalho com esses adolescentes em Sergipe? 2. Para você, quais são os principais desafios nas escolas das unidades socioeducativas com relação à distorção idade-série? e 3. Na sua opinião, que ferramentas podem ser capazes de estimular os adolescentes que estão nessa situação e desmotivados?

Os dados coletados serviram para subsidiar teórica e metodologicamente reflexões e ações sobre o tema distorção idade-série no Colégio Antônio Fontes Freitas, identificando esta realidade escolar na perspectiva de atores importantes, como os profissionais em atuação na unidade socioeducativa.

Para análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (1977), que consiste num conjunto de técnicas de investigação que permite interpretar o conteúdo manifesto das comunicações através de uma descrição objetiva e sistemática. Essa análise se organiza em torno de três polos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977). Portanto, inicialmente, houve uma definição do material a ser analisado (as três entrevistas), em seguida, realizamos uma leitura flutuante (primeira leitura do material). Com isso, seguiu-se uma leitura exaustiva para definição de temas e categorias que trouxeram significado para pesquisa. Por fim, a fase final de análise foi a descrição e interpretação das categorias propostas. A apresentação e análise dos resultados segue na próxima seção.

3. Levantamento, Análise e Resultado

Nesta seção são apresentados os resultados dos questionários aplicados aos professores de matemática e português e à coordenadora pedagógica do Colégio Antônio Fontes Freitas. O trabalho técnico dos professores e a relação de vínculo deles com os educandos serviu como base para investigação, mas o questionário, especificamente, visava responder aos objetivos desta pesquisa. Para possibilitar, assim, uma discussão acerca da atual situação da distorção idade-série dos alunos desta Escola na Comunidade Socioeducativa.

Como supracitado, o objetivo geral da pesquisa foi discutir os desafios nas escolas das unidades socioeducativas, bem como apresentar ferramentas pedagógicas capazes de estimular os adolescentes que estão desmotivados, especialmente, em decorrência da distorção idade-série. E os objetivos específicos consistiam em investigar a percepção de profissionais sobre o trabalho realizado (questão 1), os desafios nas escolas das unidades socioeducativas com relação a distorção idade-série (questão 2) e suas opiniões acerca das práticas pedagógicas ou ferramentas capazes de minimizar a problemática e diminuir a desmotivação dos adolescentes (questão 3) que vivenciam essa situação, para que se sintam integrados e valorizados. Com isso, ressalta-se que a análise realizada priorizou o destaque a tais conteúdos nos discursos dos participantes.

Da análise, emergiram dois núcleos de sentido principais ou categorias. O primeiro aborda a realidade e as dificuldades vivenciadas na escola da CASEM, com ênfase no problema da distorção idade-série e o segundo, por sua vez, refere-se às práticas pedagógicas ou ferramentas que, na percepção desses profissionais, são necessárias para atender às demandas específicas dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa naquela instituição. As categorias foram nomeadas, respectivamente: “Dificuldades na Dinâmica da Comunidade Socioeducativa” e “Necessidade de Metodologias Adaptadas ao Contexto”. Cada uma delas será apresentada a seguir, sendo ilustrada por citações das respostas dos participantes, a fim de facilitar as descrições e discussão dos resultados.

3.1 Dificuldades na Dinâmica da Comunidade Socioeducativa

Nessa categoria, os participantes abordaram as dificuldades vivenciadas na Escola da CASEM, dentre elas, destacaram-se: a estrutura da unidade, a não priorização da educação em detrimento de outras atividades, problemas relacionados à

rotina do cumprimento da medida, a necessidade de priorização das atividades escolares, a importância de um trabalho articulado com a comunidade e a capacitação dos profissionais em atuação.

Sobre a estrutura da unidade, é importante destacar que a presença das escolas nas unidades socioeducativas está prevista no ECA, que determina ser dever do Estado garantir que todos os adolescentes tenham o direito de estar matriculados em um estabelecimento de ensino. Para atender a tal exigência legal, todos os centros de atendimento oferecem matrícula aos jovens que estão cumprindo medida socioeducativa. Entretanto, como não há uma estrutura viável para a locomoção dos adolescentes cotidianamente para as escolas da rede local, dentro de cada unidade existem escolas para atender a este público específico, sem que haja a necessidade de deslocamento. Mas estas escolas precisam obedecer a rotina das comunidades socioeducativas. Assim, a escola de CASEM possui características próprias e os profissionais precisam se adaptar a esse contexto. Conforme indica o seguinte discurso da participante:

Desde que comecei a ensinar em escola de unidade de medida socioeducativa me deparei com algumas dificuldades em relação ao ensino das escolas da rede onde já trabalhei. A rotina é diferente e distante do que aprendi, eu tive que me adaptar. (Clarice - 38 anos)

Além disso, algumas dificuldades específicas relacionadas à estrutura do colégio também foram referidas, como no trecho a seguir, da mesma participante:

Outra dificuldade é não poder utilizar os mesmos equipamentos das escolas, como da rede a exemplo encaminhar livros, levar exercícios para o alojamento para estudar nos horários livres. Por questão de segurança, o educando não leva atividades para trazer no dia seguinte, sendo tudo feito em sala de aula. (Clarice - 38 anos)

Outro aspecto muito referido nos questionários foi a não priorização da educação em detrimento de outras atividades. O art. 4º do ECA dispõe sobre os direitos fundamentais da criança e do adolescente e afirma a educação como prioridade. Existe a percepção da educação enquanto garantia de direitos para estes educandos, fortalecendo o olhar humanizado e acentuando a educação como direito, assim como a convivência familiar prevista no ECA (1990) e na Lei do SINASE (2012). Diante disto, vale ressaltar a importância do ECA e do SINASE, não só como políticas públicas que garantem ao adolescente privado de liberdade o direito à educação, mas como instrumento de ações de justiça social e direitos humanos.

No questionário com os profissionais foi possível perceber que esta é uma prioridade ameaçada pelas dificuldades do confinamento, onde prevalecem as ações

da segurança, colocando a educação no segundo plano da dinâmica da comunidade socioeducativa. Com a priorização da segurança, em detrimento da educação, os professores parecem perceber um afastamento da natureza pedagógica da medida e, com isso, a perpetuação desse que é um problema central na escola socioeducativa, que é a distorção idade-série. Essa situação pode refletir na própria postura dos adolescentes em cumprimento da medida, conforme indica o seguinte trecho:

Percebo no dia a dia do trabalho com esses adolescentes que eles veem a medida socioeducativa como punição, não conseguem identificar o caráter pedagógico como uma referência para a mudança de vida deles. (Pitágoras - 47 anos)

Para eles, a rotina da unidade parece atrapalhar essa priorização da educação. Os professores apontaram que os alunos já chegam às unidades socioeducativas com a distorção idade-série, mas que a dinâmica da unidade, em relação rotina diária dos adolescentes não ajuda na mudança desta problemática. A equipe de segurança nem sempre está preparada para lidar com o direito à educação destes educandos. Além disso, em decorrência da priorização de outras atividades, como atendimento técnico com psicóloga ou assistente social, para atendimento de saúde, para audiências, entrevistas e oitivas, os adolescentes são muitas vezes retirados da sala de aula. Nesse sentido, os profissionais indicam que falta uma rotina que respeite o horário de aula, compreendendo que a escola tem que se adaptar às necessidades dos alunos e não os alunos à escola. Assim, a educação deve ser prioridade e os demais atendimentos devem ser realizados em horários opostos, quando for possível. Os trechos a seguir indicam essa compreensão:

Os alunos já chegam com a dificuldade de corresponder a série e a idade que tem, a exemplo de adolescente com 17 anos no 6º ano, e aí existe toda dinâmica da unidade socioeducativa que é de nem sempre conseguir acompanhar as aulas por vários fatores, como saírem para audiência, irem pra médico, situação de segurança na unidade. (Pitágoras - 47 anos)

Uma grande dificuldade é formar as turmas para acompanhar as aulas, os adolescentes sempre precisam se ausentar. Quando a unidade precisa, por motivo de segurança suspender aula, atrapalha. Isto porque, no geral e, os alunos já são bastante atrasados no geral quase todos eles têm distorção de idade-série. (Clarice - 38 anos)

Os professores parecem assumir que a resolução do problema de distorção idade-série é fundamental para mudança de vida dos adolescentes e que, mesmo diante da imprevisibilidade da dinâmica e rotina da comunidade socioeducativa, a educação

deve ser prioridade na realidade desses adolescentes, como orienta a legislação brasileira. O seguinte trecho aponta para essa percepção:

É necessária uma junção de esforços para proteger os adolescentes dentro daquilo que a lei permite, fazer com que os seus direitos sejam respeitados, que se olhe pra ele como ser humano que merece respeito e que precisa ter sua integridade física e moral resguardadas assim como seu direito a educação e convivência familiar. (Paula - 48 anos).

Por fim, essa categoria também contempla discursos sobre a importância de um trabalho articulado com a comunidade e a capacitação dos profissionais em atuação. Os profissionais da educação foram unânimes em relação à importância do trabalho em equipe com os técnicos, profissionais da segurança e da saúde, bem como a relação entre a direção da unidade e as famílias. Portanto, para a melhoria do atendimento na escola da CASEM, os profissionais destacam que é necessária uma mudança da rotina diária para ampliar a rede de atendimento ao adolescente, priorizando a educação. Do mesmo modo, é preciso dar a esses professores condições de trabalhar sem prejudicar sua segurança e a dos adolescentes. Os trechos a seguir ilustram essa ideia:

... é importante o trabalho em equipe que é feito onde a escola, a equipe técnica, a equipe de saúde, a equipe de segurança, a direção e as famílias conseguem se conectar em reuniões, realizar estudo de caso de adolescente e contribui muito para a educação. (Pitágoras - 47 anos)

A parceria escola e família num trabalho em rede pois é de grande importância que a reinserção social de adolescentes através do viés da educação. A educação profissional gera expectativa de entrar no mercado de trabalho e seguir por um caminho longe da criminalidade e mudar de vida com seu próprio trabalho. (Paula - 48 anos).

3.2 Necessidade de Metodologias Adaptadas ao Contexto

Nessa segunda categoria, os participantes abordaram sua forma de trabalhar e a necessidade de aplicação de metodologias adaptadas ao contexto das medidas socioeducativas e, especificamente, da escola da CASEM. Dentre elas, destacaram-se: a importância do próprio papel enquanto profissional em atuação no contexto socioeducativo, a forma como lidam com as dificuldades, uso de redes sociais como alternativa, bem como o esforço e implicação desses profissionais.

Sobre a forma de trabalhar, os professores apontaram algumas dificuldades em relação à dinâmica da medida socioeducativa, mas, ao mesmo tempo, alternativas seguidas por eles para que o adolescente se sinta motivado para alcançar a seriação e

possa tomar gosto pela sala de aula como espaço de aprendizagem e de referência para a conquista da liberdade. Parecem, portanto, conhecer a importância do próprio papel. O que é importante, pois os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação precisam de profissionais que os ajudem a entender a educação como referência para seu processo de ressocialização. O trecho a seguir ilustra essa concepção:

Vejo uma grande necessidade de ajudar os adolescentes. Eles estão bem atrasados com sua idade e o ano escolar correspondente e trazem muita desmotivação para a sala de aula, acredito que da medida e ao mesmo tempo do atraso escolar. Mas, vejo que Sergipe pode tem muito o que avançar a nível de educação e dar os mesmos direitos aos adolescentes da medida socioeducativa. (Clarice - 38 anos)

Eles apontam também estratégias ou ideias para lidar com a questão. Nesse sentido, nota-se que há dificuldades, mas que através de metodologias adaptadas à realidade das medidas socioeducativas é possível ajudar o educando a sanar a situação da distorção idade-série, como indica o seguinte trecho:

É importante utilizar metodologias atualizada, que dinamize a aula. Eu costumo partir sempre da realidade dos meus alunos, usando o que chamo a matemática da vida, ou seja, qualquer questão problema utilizo o tempo dele seja cronológico de idade, de medida, de série, procurando sempre trazer o adolescente para minha disciplina.... (Pitágoras - 47 anos)

Assim, os profissionais referem a utilização de métodos que se adaptam à realidade dos adolescentes que cumprem medida socioeducativas e que estes métodos precisam estar atualizados e abertos a integrar os interesses dos estudantes. Os discursos indicam, inclusive, que o processo de aceleração da distorção idade-série destes adolescentes pode acontecer a partir da realidade da vida de cada um. O trecho a seguir contempla essa visão geral acerca da questão:

É um grande desafio na educação nas unidades socioeducativas fazer a escola ter sentido para adolescentes, pois a maioria dos educandos já ingressam no sistema com distorção idade-série, onde existem grandes entraves para garantia do direito à educação entre os internos, uma situação que acende o sinal de alerta para o futuro desses adolescentes no âmbito da delinquência. (Paula - 48 anos).

As redes sociais são referidas como um bom exemplo da contextualização das metodologias de ensino, sendo que a sua utilização é vista como uma metodologia possível de ser utilizada pelos profissionais como instrumento para complementar o processo de mudança do cenário de distorção idade-série. O professor, conforme cada

realidade, pode e deve criar situações para gerar mudanças necessárias para uma cultura de sucesso. As redes sociais hoje dinamizam a educação e atraem a atenção dos alunos, principalmente do público de medidas socioeducativas, que pouco tem o acesso a elas. Os trechos seguintes ilustram essa ideia das redes enquanto possibilidade metodológica:

...hoje o que vejo que os motiva muito é o uso de redes sociais na aula como o computador, utilizar site, planilhas e outros. (Pitágoras - 47 anos)

Eu penso que se os educandos pudessem levar atividades para as alas, se eles pudessem utilizarem redes sociais para estudo complementares, se as aulas não fossem tão interrompidas por conta da segurança, já motivaria bastante, porque eles gostam da escola, mas já vem da rua sem ter o costume de permanecer em sala de aula.... (Clarice - 38 anos)

Por fim, foi possível observar que existem esforços para além da profissão, buscando ajudar os adolescentes a entender o problema existente e mudar a lógica da distorção idade-série. Também foi possível observar nos professores o compromisso com a educação, bem como com os adolescentes privados de liberdade e isso é resultado da pedagogia da presença, ferramenta de qualificação das relações humanas que se apresenta na vivência dos professores como uma ética de acolhimento, respeito e amor com os adolescentes. Para Costa (2001), a pedagogia da presença deve possibilitar ao profissional seu desempenho pessoal, construir novas motivações, novas visões e novas atitudes. Assim,

Fazer-se presença construtiva na vida de um adolescente em dificuldade pessoal e social é, pois, a primeira e mais primordial das tarefas de um educador que aspire assumir um papel realmente emancipador na existência de seus educandos (COSTA, 2001, p.27).

Desse modo, quando os professores utilizam a pedagogia da presença, podem sustentar as relações de vínculos com o educando e motivá-los a participar das aulas como ocupação de um espaço de direito e não com as desmotivações apontadas pelos professores nos questionários. O trecho a seguir indica a compreensão ampla de como o processo pedagógico deve acontecer:

O acolhimento dos jovens em conflito com a lei deve estar previsto no Projeto Político Pedagógico da instituição que precisa discutir com a comunidade escolar a importância de receber esses adolescentes, a escola deve criar condições além de acolhê-los como também criar condições que permita ganhar confiança de maneira que ele escolha permanecer nesse contexto mesmo após o cumprimento da medida socioeducativa. (Paula - 48 anos).

Cabe pontuar ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação respalda uma proposta pedagógica de aceleração, quando estabelece que um dos critérios da verificação do rendimento escolar seja a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar (BRASIL, 1996). Sobre isso, observou-se a percepção de que uma mudança é possível, com acolhimento aos adolescentes, parceria da escola, família e comunidade socioeducativa. Portanto, os profissionais indicaram que, ao utilizar ferramentas e metodologias adaptadas ao contexto, seria possível mudar o quadro de distorção idade-série e acelerar o processo de conhecimento desses adolescentes.

3.3 Análise dos Resultados

Diante das análises e resultados descritos, conclui-se que o objetivo deste trabalho foi atendido, pois foram discutidos os desafios nas escolas das unidades socioeducativas e as ferramentas pedagógicas na percepção de profissionais em atuação no colégio. Os profissionais abordaram, especificamente, o trabalho realizado, os desafios nas escolas das unidades socioeducativas com relação a distorção idade-série e suas opiniões acerca das práticas pedagógicas ou ferramentas capazes de minimizar a problemática e diminuir a desmotivação dos adolescentes que vivenciam essa situação.

Através do questionário os professores mostraram ter experiência na escola socioeducativa e reconhecerem a existência do problema distorção idade – série instalada na unidade. Além disso, os professores demonstram que essa é uma problemática que impede o adolescente de avançar em sua trajetória educacional.

Conclusão

A distorção idade – série mostrou-se ser um problema enfrentado na escola socioeducativa, acentuando que a permanência do aluno na escola é importante para o seu processo de ressocialização e a construção do seu novo projeto de vida no retorno a família e a sociedade. O trabalho relata que, mesmo os adolescentes estando em medida socioeducativa e sendo responsabilizados por ato infracional, suas necessidades pedagógicas devem prevalecer como caracterização da medida. Desse modo a distorção idade – série deve ser corrigida nas escolas socioeducativas através de estratégias pedagógicas e metodologias alternativas. O trabalho ainda descreveu a importância das ações dos professores que atuam na escola socioeducativa, motivando os alunos a alcançar maturidade educacional, ajudados a recuperar os anos perdidos e avançar no seu processo educacional.

Sobre as conclusões e relevância deste estudo, destaca-se a necessidade de congruência entre o que a lei brasileira defende, que é a prioridade máxima da educação, e as práticas que são observadas na realidade de cumprimento da medida socioeducativa. Como acontece de segunda a sexta, a escola pode ser a atividade pedagógica mais eficaz para a socioeducação, pois ela pode dialogar com todas as outras ações. Diante disso, a rotina da unidade socioeducativa precisa ter a escola como prioridade para atender o adolescente que busca a reinserção familiar e comunitária. Ademais, a necessidade de metodologias adaptadas ao contexto, presente nos discursos dos professores, parece como um ponto central na discussão sobre alternativas para lidar com a distorção idade-série. Cabe destacar também a necessidade de investimento na formação dos profissionais, para lidar com a dinâmica da escola que está na comunidade socioeducativa, mas que tem um espaço e papel ainda maior na busca por transformação na vida desses adolescentes enquanto sujeitos de direitos.

Apesar da relevância dessa discussão, cabe ressaltar que este estudo possui também limitações, como o fato de que a amostra foi composta apenas por três participantes, profissionais em atuação em uma unidade socioeducativa específica. Portanto, os resultados poderiam ser mais amplos caso houvesse mais participantes. Mesmo assim não poderia ser generalizado para toda a realidade nacional, pois abordam apenas o contexto desse colégio em Sergipe. Sugere-se que estudos futuros considerem uma coleta de dados com uma amostra maior e em outras unidades da federação.

Em suma, pode-se afirmar que a distorção idade-série é um dos desafios mais marcantes na realidade das escolas das unidades socioeducativas e deve ser considerada com atenção especial, a fim de alcançar mudanças nas trajetórias de vida desses adolescentes, garantindo sua educação como direito fundamental.

Assim ressalto a importância que a unidade socioeducativa tem em priorizar a escola em sua rotina diária e seguir o ECA E O SINASE garantindo que os adolescentes privados de liberdade recebam uma educação de qualidade, levando em consideração que eles são sujeitos de direitos em peculiar condição de desenvolvimento como está previsto na Constituições 1988, e assegurando na escola da CASEM efetivas condições de segurança de forma interdisciplinar para que os alunos possam vencer a distorção idade – série combatendo o fracasso escolar e a superação das dificuldade no processo ensino aprendizagem.

Referências

ANTUNES, A.; PADILHA, P. R. **Educação cidadã, educação integral: fundamentos e práticas**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2010.

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Edições, 70, 225.

BRASIL. **Lei Federal n. 8069**, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Institui as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei n. 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

FACCI, M. G. D. A escola é para poucos? A positividade da escola no desenvolvimento psicológico dos alunos em uma visão vygotskyana. **Psicologia política**, v. 10, n. 20, p. 297-310, 2010.

FIGUEREIDO, A. M.; SOUZA, S. R. G. de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

FORNARI, L. T. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Passo Fundo: Revista Espaço Pedagógico**, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1972_4trimestre_v1.pdf>. Acesso em: 23 de dez. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo escolar de 2017**. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2017.pdf>. Acesso em: 24 dezembro 2021

LOPES, N. Como combater o abandono e a evasão escolar. **Revista Gestão Escolar**, 2010. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/como-combater-abandono-evasao-escolar-falta-alunos-acompanhamento-frequencia>>. Acesso em: 24 maio 2014.

MOREIRA, C. **Distorção idade – série na educação básica**. Vitória: Jus Brasil, 2013. Disponível em: <<http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos> HYPERLINK <<http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos%20/111821615/distor%E7%E3o/111821615/distor%C3%A7%C3%A3o-idade-s%C3%A9rie-na-educacao-b%C3%A1sica>>. Acesso em: 01 out. 2014.

PILETTI, N. **Psicologia Educacional**. 11ª Ed. São Paulo: Ática, 1993

SARAIVA, A.M.A. **Distorção idade-série**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

SENA, I. A. G.; SOUZA, E. Educação, escola e violência: as perspectivas dos estudantes da favela do coque. **Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS**, v.1, n.2, p.33-4, 2011. Acesso em 20 de maio de 2020, <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4130>>.

ZAGO, N. et al. **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003